

Estado e Ideologia na Terra Arrasada do Capitalismo¹

Mateus de Oliveira Martins da Silva²

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo apresentar, através do método hipotético-dedutivo e de revisão bibliográfica de literatura predominantemente marxista, os principais motores que norteiam a atuação estatal e suas formas governamentais, identificadas como os principais agentes na expansão e manutenção da acumulação de capital e das implicações econômico-sociais em que este processo se baseia. Buscou-se, inicialmente, tratar da questão a respeito de duas aparentes antípodas que assumem as formas governamentais do Estado, isto é, tanto as repúblicas democráticas quanto os estados de exceção/repressivos — vistos como, de fato, formas complementares as quais o Estado deve assumir frente à conjuntura imposta pela acumulação capitalista imperialista e mesmo à luta de classes. Em sequência buscamos demonstrar duas de diversas áreas conformadas pela ideologia capitalista e como elas atuam de maneira sinérgica ao Estado para a estabilização do sistema capitalista.

Palavras-chave: Estado; Ideologia; Democracia; Família.

Abstract

The objective of this work was to present, through the hypothetical-deductive method and a bibliographic review of predominantly Marxist literature, the main drivers that guide state action and its governmental forms, identified as the main agents in the expansion and maintenance of capital accumulation and of the economic and social implications on which this process is based. Initially, an attempt was made to deal with the issue of two apparent antipodes that assume the governmental forms of the state, that is, both the democratic republics and the exceptional/repressive states — seen as in fact complementary forms that the State must assume in face of conjuncture imposed by imperialist capitalist accumulation and even the class struggle. In sequence, we seek to demonstrate two of the different areas shaped by the capitalist ideology and how they act synergistically with the State for the stabilization of the capitalist system.

Keywords: State; Ideology; Democracy; Family.

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Orientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral. A banca examinadora foi composta pelos Profs. José Rubens Damas Garlipp e Niemeyer Almeida Filho, além da orientadora, e realizada em 06 de fevereiro de 2023.

² Discente do Curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: mateusrint@ufu.br.

Introdução

A história recente do capitalismo, não apenas no Brasil, mas em boa parte do mundo, tem revivido discussões a respeito do fascismo, totalitarismo, e sobre a democracia. Em grande medida, isto se dá numa conjuntura internacional recente consideravelmente turbulenta, com o reavivamento de movimentos extremistas de direita, por vezes abertamente simpatizantes de ditaduras fascistas.

Num cenário internacional marcado por um discurso econômico neoliberal, estes movimentos fascistas parecem, por um lado, contraditórios — num momento em que se repete constantemente sobre o fim das ideologias, que deveriam ser substituídas por uma gestão imparcial e governos técnicos —, e, por outro lado, totalmente coesos, pois tais propostas de governos abertamente autoritários e repressivos são, do ponto de vista de uma elite econômica cada vez mais centralizada, ótimos agentes para a defesa de seus interesses e a implementação de medidas econômicas cada vez mais degradantes para a vida da imensa maioria da classe trabalhadora, não apenas nos países periféricos, mas agora também manifestando-se nos antes considerados países representantes da democracia do mundo, os países do centro capitalista avançado.

Neste trabalho, de um ponto de vista crítico em relação à ordem social do sistema capitalista, tentamos demonstrar como os Estados, por sua própria natureza como organismos de controle das divisões sociais, ativamente perpetuadas em benefício de uma pequena classe dominante burguesa, são capazes de perpetuar a acumulação de capital — a despeito de um aprofundamento gigantesco de suas contradições, levando ao limite as capacidades humanas e naturais do planeta — através não apenas de forças armadas repressivas, mas, de maneira mais sutil, através da perpetuação de diversas formas de consciência específicas, ou seja, através de ideologias burguesas, pautadas numa realidade material cuidadosamente gerida.

Cada vez mais, presentemente, as condições globais da vida humana se deterioram, e pode-se até mesmo afirmar que equalizam-se por baixo, na miséria, ao se considerar o cenário catastrófico de longo prazo previsto pelo acirramento das contradições do capitalismo face a limitações estruturais tanto por parte da capacidade planetária de recursos quanto dos próprios seres humanos, ainda na maioria submetidos a dietas de fome e à rotina das guerras que favorece apenas a interesses de uma elite, como já prenunciava Walter Benjamin:

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos

estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 2012, p. 14)

A partir desta base ideológica que tentaremos caracterizar, a grande maioria dos indivíduos submetidos são orientados de forma a reproduzir uma realidade material que deve coincidir plenamente com os desígnios globais de reprodução do capitalismo. Finalmente, busca-se aqui criticar como alguns destes processos ideológicos ocorrem, seus efeitos sobre a reprodução do capitalismo, e também tecer algumas breves considerações sobre as possíveis estratégias de emancipação socialista.

1. Estado, Capital e Controle

1.1. Estado, repressão e povo em armas

Uma crítica sistemática ao Estado capitalista já ocorre de fato em Lênin, em seu *O Estado e a Revolução*. Para o autor, o Estado é fruto do antagonismo de classes, e não existiria se a conciliação fosse possível (numa extensão deste pensamento, o Estado deixa de existir num momento em que a luta de classes já fora superada). Num primeiro nível, e partindo de Engels, o autor expõe que o Estado se diferencia de formas antigas de organização social por meio de uma hierarquização territorial e, mais destacadamente, devido à existência de uma força armada do poder público, distinta da população geral, obrigatoriamente desarmada em maior ou menor grau. Esta força pública são os variados destacamentos de soldados, policiais etc., que dispõem de prisões, delegacias, entre outros. Fundamentalmente, o uso da força pelo poder público há de se reforçar cada vez mais justamente onde se aprofundam os antagonismos de classe (interiormente) e também o grau de competição capitalista (exteriormente) (LENIN, 2011, pp. 35-42).

Partindo unicamente destes pontos, considerando o Estado uma instituição fundamental para a reprodução capitalista, se poderia imaginar uma desintegração do capitalismo por meio de uma desintegração das forças armadas estatais. Lenin aponta isto em uma carta de Marx na qual, de acordo com ele, “quebrar a máquina burocrática e militar do Estado” condensa “a grande lição do marxismo a propósito do papel do proletariado revolucionário a respeito do Estado” (LENIN, 2011, p. 74).

Enquanto o sistema do capital de fato prescindir essencialmente da existência de seus exércitos, polícias etc., acreditamos que uma crítica que se resume a isto se atém apenas à superfície das principais dinâmicas que sustentam o capitalismo atual. Isto ocorre, como buscaremos demonstrar, pela grande importância que outros processos e instituições engendrados pelo Estado assumem, de forma a, justamente, impedir que a classe trabalhadora tome consciência de classe, se organize, e se torne “proletariado revolucionário”.

Pode-se apontar que, com base em Sweezy e Baran (1966), apesar de ainda fundamentais para garantir a estabilidade política do sistema internacional contemporâneo, um dos principais motivos associados à magnitude dos gastos com as forças armadas atuais pelos mais diversos Estados capitalistas (e fundamentalmente na análise dos autores é sobre o caso dos Estados Unidos) se baseia na importância diretamente econômica que os chamados complexos industriais-militares ocupam na reprodução de montantes gigantescos de capitais e na geração de empregos — como trataremos mais à frente, deve-se observar que esta dinâmica se insere no que se pode nomear de desperdício econômico, como aponta John Bellamy Foster (BARAN; SWEEZY, 1966, pp. 207-214; FOSTER, 2011, pp. 95-100).

De acordo com os autores (Sweezy e Baran), porém, os gastos militares tenderiam — e eles o apontam em 1966 — a perder seu poder de mover a expansão do capitalismo norte-americano, em grande medida pela própria natureza dos novos armamentos desenvolvidos: mais marcadamente as ogivas nucleares, mas também uma série de outros equipamentos de grande poder destrutivo estariam tornando supérfluos investimentos e compras em equipamentos tradicionais como armas leves, carros, equipamentos individuais em geral, pois os próprios exércitos agora estariam cada vez mais especializados e menos dependentes de massas enormes de pessoal conscrito (BARAN; SWEEZY, 1966, pp. 214-217).

Tal modificação na composição da procura militar significa que um determinado volume de despesas militares dá emprego a um menor número de pessoas hoje do que no passado. Nessas circunstâncias, até aumentos muito grandes da despesa militar, embora extremamente lucrativos para as grandes companhias, terão um efeito relativamente pequeno no investimento e emprego (BARAN; SWEEZY, 1966, pp. 214-215).

Analisar a concretização ou não da previsão de Baran e Sweezy desviar-nos-ia do assunto. No entanto, pode-se apontar minimamente que, pelo menos no caso norte-americano, houve continuidade com os gastos elevados no setor de defesa e, de acordo

com o Escritório de Gestão de Pessoal dos Estados Unidos, apenas em relação aos civis empregados (sem considerar militares) pelo governo o Departamento de Defesa tem por vasta diferença maior número de pessoal empregado que qualquer outra agência, tendo mais de 720 mil funcionários em 2014.³ Ainda de acordo com os autores, há um segundo aspecto também a destacar sobre o impacto de tamanha presença do militarismo nas sociedades, o que eles nomeiam de docilidade ou subserviência à classe dominante (representada no Estado):

Cria-se um respeito cego pela autoridade; as atitudes de docilidade e conformismo são pregadas e impostas; a discordância é tratada como falta de patriotismo ou mesmo traição. Nessa atmosfera, a oligarquia sente que sua posição material e autoridade moral estão seguras (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 209).

Esta docilidade, por óbvio, não é coincidente. As mesmas forças armadas (seu equipamento, pessoal, técnicas etc.) que assumem um papel de defesa externa garantem também ativamente um ambiente de maior ou menor combate a qualquer contestação por parte de grupos e classes no cenário interno do país. Entretanto — e aqui retomamos finalmente a perspectiva de Lenin —, o capitalismo prospera com muito mais vigor em situações não ostensivamente repressivas, que podemos chamar de aparência democrática, ou democracia liberal — no que ele especifica como República Democrática (LENIN, 2011, p. 46).

Às forças armadas contrapõe-se a “organização espontânea da população em armas”. De acordo com Lenin, podemos perceber que o que impossibilita a existência dessa última no capitalismo é a base para que ocorra a criação das forças armadas: a divisão da sociedade em classes inconciliáveis. Percebe-se que, no capitalismo, pela forma em que a sociedade é continuamente fragmentada, tanto por processos econômicos (a divisão do trabalho, por exemplo, a qual abordaremos mais à frente) quanto políticos, de origem tanto nacional quanto internacional, faz-se necessário cada vez mais a construção de forças armadas especializadas cada vez mais belicamente destrutivas, para a proteção dos interesses das classes dominantes, seja na contenção e correção repressivas de quaisquer insatisfação das classes trabalhadoras internas a uma sociedade, seja pela imposição de certos padrões políticos e econômicos a outras sociedades por meio de ameaças ou mesmo agressões imperiais (LENIN, 2011, pp. 39-43).

³ Cf.

<https://www.opm.gov/policy-data-oversight/data-analysis-documentation/federal-employment-reports/historical-tables/executive-branch-civilian-employment-since-1940/>

Lenin propõe, de fato, a instauração do povo em armas em substituição às forças armadas separadas do Estado. Teoricamente, este processo significa um movimento em direção a uma maior distribuição do poder através da sociedade pós-revolucionária, em resistência a um processo de ossificação institucional-burocrática originada na própria natureza hierárquica do Estado. É claro, entretanto, que existem implicações de ordem prática relacionadas a esta percepção, primeiramente porque o povo em armas é uma condição para a própria revolução socialista que deve ser buscada ainda dentro do capitalismo e apesar de suas diversas divisões internas, que devem ser superadas pelo movimento revolucionário para se contrapor às próprias forças armadas capitalistas (LENIN, 2011, pp. 39-43):

O desarmamento é o ideal do socialismo. Não haverá mais guerras na sociedade socialista; conseqüentemente, o desarmamento será alcançado. Mas qualquer um que espera que o socialismo seja alcançado *sem* uma revolução social e ditadura do proletariado não é um socialista. [...] E no século XX — como no tempo das civilizações em geral — a *violência* não remete ao punho ou porrete, mas às *tropas*. Colocar “desarmamento” no programa equivale amplamente a fazer uma declaração como: nos opomos ao uso de armas. Há tão pouco marxismo nisso quanto teria em dizer: somos contra a violência! (LENIN, 2020, não paginado).

Daí decorre a questão da guerra civil, a qual implica necessariamente uma questão que vai de encontro com os interesses imediatos da esmagadora maioria da classe trabalhadora. Mesmo considerando que, num contexto revolucionário, parte das forças armadas do Estado burguês pode simplesmente se posicionar ao lado da classe revolucionária — como de fato ocorreu, por exemplo como demonstra Aarão Reis (2017) sobre a revolução russa —, ainda um conflito armado é previsivelmente inevitável, pela própria defesa por parte do Estado de sua própria existência, ignorando ainda a influência que outros podem assumir (REIS, 2017, pp. 50-63). Como coloca Saint-Pierre:

De qualquer modo, o comportamento ético da classe trabalhadora, quando orientado pelas ideias de justiça social, igualdade, liberdade, paz, segurança, trabalho, fraternidade, normalmente funciona como um empecilho tático para o confronto ou para a consolidação definitiva da revolução, algumas vezes na hora de aplicar o castigo reparador, e quase sempre na hora da revolução (SAINT-PIERRE, 2000, pp.111-112).

Como infere o autor em Trotsky, a revolução pode ser caracterizada como toda luta que aumente a “capacidade produtiva do homem para satisfazer suas próprias necessidades e que diminua a exploração do homem pelo homem” (TROTSKY, 1978, p.50 apud

SAINT-PIERRE, 2000, p. 107). Enquanto toda guerra civil leva a uma violenta supressão de qualquer limite moral, ela é, numa revolução socialista, justificável: apesar de seus meios significarem potencialmente um mesmo grau de destruição que empreitadas capitalistas imperialistas, por exemplo, enquanto nestas os fins são o aumento da exploração do homem pelo homem, na guerra civil que articula o povo em armas contra as forças armadas do Estado — suprimindo-as e substituindo-as na sociedade como detentoras da violência — busca-se justamente a emancipação dos homens e o fim desta exploração. “Como diria Trotsky: quem quer os fins quer os meios. E o ato de violência revolucionária é o meio para libertar os trabalhadores” (SAINT-PIERRE, 2000, pp. 105-108).

A respeito disto, o Estado, na percepção de István Mészáros, pode ser, na conjuntura atual, considerado como em falência, pois já não é capaz de garantir coesão interna e muito menos global para a reprodução material do capitalismo — ainda por cima, o Estado incrementa cada vez mais a potencialidade destrutiva de uma crise sistêmica, expressa principalmente no risco de novas guerras entre Estados. Para o autor, não há como escapar das determinações essencialmente antagônicas do capital, as quais são identificadas como militar e ecologicamente destrutivas, sem a erradicação do próprio capital do processo de reprodução social (MÉSZÁROS, 2021, pp. 231-232).

Finalmente, há uma questão que se deve pontuar a respeito da necessidade da contraposição do povo em armas contra as forças armadas estatais, que devem ser combatidas e superadas para que a emancipação da classe trabalhadora do sistema capitalista possa se concretizar: com a instauração do povo em armas, se pode observar um primeiro passo para a instauração do que se deve categorizar como igualdade substantiva — conceito caro a István Mészáros de que trataremos mais à frente. Apenas apontaremos aqui que trata-se de uma das principais bases materiais que devem ser conquistadas por uma sociedade pós-revolucionária para que seu sucesso na emancipação dos seres humanos possa ocorrer sem que se degenere numa restauração da ordem de exploração típica do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2021a, pp. 89-95).

1.2. Estado e democracia (igualdade substantiva)

Lenin escreve boa parte de seu livro sobre o Estado a partir das concepções citadas diretamente de Friedrich Engels. No caso já colocado da república democrática, ele prossegue apontando como, em tal regime político, a classe burguesa é capaz de gozar de plenos poderes de maneira mais segura, pois o faz de forma indireta — através da corrupção pura e

simples de funcionários ou mesmo do que ele cita como a “aliança entre o governo e a bolsa” (LENIN, 2011, pp. 44-45).

Ou seja, apesar de que a acumulação de capital não possa exatamente prescindir do uso de forças armadas a nível interno e externo aos países para o manutenção da estabilidade do sistema capitalista, isto não pode ser confundido como uma das dinâmicas de maior impacto na contemporaneidade — a acumulação de capital pode ocorrer mesmo mitigando a repressão pura e simples de descontentes, ou ao menos fazê-la sem o uso da força.

Isto leva então, necessariamente, ao reconhecimento de que o Estado contemporâneo dispõe de outras formas de controle para além das forças armadas. Mais do que isto, a própria história nos ajuda a compreender uma certa incapacidade de fato de as mesmas impedirem, por exemplo, processos revolucionários. Como aponta Lenin:

Toda a dificuldade da Revolução Russa é que foi muito mais fácil a classe operária revolucionária russa começar do que o é para as classes da Europa ocidental, mas é muito mais difícil para nós continuar. É mais difícil começar uma revolução nos países da Europa ocidental porque lá o proletariado revolucionário é confrontado pelo pensamento superior que vem com a cultura, enquanto a classe trabalhadora encontra-se em um estado de escravidão cultural (LENIN, 1965, p.464 apud EAGLETON, 1997, p. 106).

De fato, Lenin prognosticava que na Rússia do início do século XX, pelo próprio atraso imenso no desenvolvimento de sua sociedade devido à total ausência de instituições civis, escolas, hospitais, jornais etc., o poder se concentrava tão absolutamente na monarquia que isto tornava a tomada de poder revolucionário muito mais fácil e cognoscível para as massas da classe trabalhadora. No ocidente, devido às sociedades terem se desenvolvido de forma que o poder tivesse se tornado difuso, distribuído por inúmeras instituições sociais, abarcando diversos grupos sociais e mesmo setores da classe trabalhadora, a própria tarefa de crítica e subsequente tomada do poder pela classe trabalhadora se tornava muito mais complexa (EAGLETON, 1997, pp.106-107).

Neste discurso de Lenin pode-se apontar a percepção a respeito das diversas maneiras por meio das quais o sistema capitalista, e principalmente o Estado, consegue garantir uma estabilidade tácita — prevenindo o que o próprio Engels aponta como uma “luta infrutífera” entre classes inconciliáveis que poderia consumir toda a sociedade. O Estado, em conformidade com os escritos de Engels, não se trata de algo externo às sociedades, mas é exatamente um produto das mesmas, que se desenvolveram a ponto de chegar num conflito

de interesses insolúveis. Sendo então um fruto dessa mesma luta de classes, o Estado é sempre Estado da classe dominante, e serve aos interesses dela — por um lado promovendo-os ativamente, por outro indiretamente, pela repressão dos interesses da classe subordinada (LENIN, 2002; ENGELS, 2021, pp. 156-157).

É preciso notar, ainda, que Engels definiu o sufrágio universal de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, considerando, manifestamente, a longa experiência da socialdemocracia alemã, é o indício da maturidade da classe operária. Nunca mais pode dar e nunca dará nada no Estado atual (LENIN, 2011, p. 46).

Como ator mais identificável, o Estado, apesar de fundamentalmente subserviente aos interesses últimos da classe dominante burguesa, é também, por óbvio, um espaço de contestação política. Os países nos quais essa contestação se dá com maior lisura — apesar da contradição já apresentada aqui a respeito de sua natureza elusiva — são justamente aqueles sob repúblicas democráticas. Nestes, a classe trabalhadora oprimida é capaz (com grau variável de liberdade) tanto de eleger representantes quanto formar partidos e, por vezes, também associações de classe, sindicatos etc. (ENGELS, 2021, pp. 157-159).

Esta fórmula (isto é, a contestação do Estado burguês pela classe trabalhadora), porém, não se resolve simplesmente a partir da inclusão de trabalhadores à esfera de cidadãos portadores de direitos políticos, como apontam Engels e Lenin. Mesmo o sufrágio universal conquistado não significa nada mais que o ponto de maturidade da classe trabalhadora — que, entretanto, nada poderá realmente conquistar através dele, mantendo-se o Estado e sociedade capitalistas como tais, sem uma revolução que eleve de fato os trabalhadores ao poder. Como fruto do desenvolvimento das sociedades em luta de classes, o Estado não é eterno, e postula-se que ele próprio pode caducar, tornar-se prescrito, como aponta Engels (2021, p. 159):

Em determinado estágio do desenvolvimento econômico, necessariamente ligado à cisão da sociedade em classes, essa mesma cisão fez do Estado uma necessidade. Hoje estamos nos aproximando a passos largos de um estágio do desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade como já se tornou um estorvo concreto à produção. Elas cairão tão inevitavelmente quanto surgiram. Com elas, cairá inevitavelmente o Estado. (ENGELS, 2021, pp. 159-160)

Quanto mais as contradições do sistema capitalista se aprofundam, cada vez mais então a classe trabalhadora necessariamente precisa ser estropiada, sacrificada, e cada vez

mais o Estado precisa necessariamente atuar de maneira cada vez mais incisiva, interna e externamente, para que este processo ocorra de maneira estável. De um certo ponto de vista, a pauperização da classe trabalhadora é levada a níveis tão agudos que se poderia imaginar que seria impossível não ocorrer uma sublevação popular pela simples insatisfação para com o Estado contemporâneo — entretanto, deparamo-nos com a “submissão” denunciada por Rosa Luxemburgo, ou a “escravidão cultural” apontada em Lenin.

Também presente nesta questão a respeito da república democrática está, necessariamente, a anteriormente anunciada igualdade substantiva. Mészáros (2021a) contrapõe esta igualdade substantiva à igualdade jurídica formal, ou ideal, tipicamente burguesa, que ele observa como meramente um instrumento de controle ideológico pelo Estado burguês — neste sentido, a percepção de Mészáros é alinhada à de Lenin e Engels trazidas aqui. A importância deste conceito se expressa não simplesmente com a garantia de uma existência digna para a totalidade da população, que deve ser justamente materialmente possibilitada, mas manifesta-se finalmente também em um poder substantivo de tomada de decisão por parte da população (MÉSZÁROS, 2021a, pp. 86-89).

A “posse substantiva do poder de tomada de decisão” só é devolvida aos indivíduos num contexto de igualdade substantiva entre eles — isto é, somente quando não haja indivíduos economicamente subordinados/explorados uns aos outros é que se pode imaginar uma sociedade na qual os indivíduos possam, de fato, exercer um poder político, decisório. A manifestação dessa situação é o mais próximo da democracia proletária ou do fenecimento do Estado e do sistema do capital — com sua hierarquização burocrática ou privada do poder de tomada de decisão — que se pode alcançar, e é equânime com a situação de liberdade individual, o que o autor identifica como um discurso idealista típico do capitalismo, que nunca se baseia em determinações de classe essencialmente desiguais (MÉSZÁROS, 2021a, pp. 89-95).

O Estado burguês em sua forma de “república democrática”, portanto, longe de ser uma forma ideal de gerenciamento e controle social, é, na realidade, uma forma histórica avançada do Estado capitalista, baseada ainda em uma divisão de classe da sociedade e orientada para a manutenção da exploração de uma classe pela outra. Ele conta, como relembra Terry Eagleton (1997), com alguns dos mais potentes efeitos ideológicos, derivados do discurso em torno da representação parlamentar. A realização da vontade popular só ocorre de maneira de fato sustentável (de um ponto de vista sistêmico) quando se abolem os limites da acumulação do capital como reguladores do metabolismo social. Esta abolição, que é antes um processo que um decreto, está vinculada expressamente com o “fenecimento” do

Estado, como se referem tanto Lenin quanto Mészáros, e, num certo sentido, na própria superação da democracia política por um metabolismo econômico-social comunista já pouco divisivo e materialmente igual numa ordem global (EAGLETON, 1997, pp. 193-195; LENIN, 2011, pp. 145-155; MÉSZÁROS, 2021a, pp. 85-95).

Buscamos demonstrar até o momento a historicidade do Estado capitalista e suas especificidades mais básicas, que são, por sua vez, definidas dentro de limites estruturais embutidos na própria dinâmica de acumulação capitalista. Enquanto principal promotor do sistema capitalista, o Estado não atua de forma alguma como um “regulador” externo a um processo ideal de geração de valor e lucros independente, mas consubstancia-se com este mesmo processo cada vez mais.

1.3. A ilegalidade do Estado

Buscamos demonstrar como os Estados existem como principal carro pelo qual a classe dominante burguesa se afirma sobre a classe dominada trabalhadora, tanto por vias repressivas militarizadas, quanto por meio de governos “pacíficos” democrático-liberais, com suposto respeito à população civil e observância a ritos democráticos. Pode-se inferir aqui que, em sociedades nas quais, pelas suas bases econômicas e sociais (o grau de instrução de sua população, o desenvolvimento de sua economia e mercado internos etc.), o Estado é capaz de dispor de instituições reguladoras dispersas, sempre consubstanciadas com o próprio modo de vida da população (o que é o cenário geralmente presente nos ditos países do capitalismo avançado, sejam estas instituições públicas ou privadas), menos é necessária a ação repressiva do Estado — o que não significa, por óbvio, que ela deixa de existir, como aponta Terry Eagleton:

[...] o poder do Estado para disciplinar e punir — o que Gramsci chama “dominação” — mantém-se firmemente e, na verdade, nas sociedades modernas, torna-se mais formidável à medida que várias tecnologias de opressão começam a proliferar. Mas as instituições da “sociedade civil” [...] agora desempenham um papel mais central no processo de controle social (EAGLETON, 1997, p. 108).

É importante, porém, apresentar um terceiro ponto em relação a estes modos de controle social que o Estado pode assumir. Mais que uma oposição entre democracia e despotismo, o que se pode concluir aqui é que há, de fato, total continuidade entre ambos esses modos de controle dos antagonismos sociais assumidos pelo Estado (nas diversas formas particulares que podem assumir). Para que isto seja cognoscível, parte-se da

percepção trazida por Mészáros a respeito da própria ilegalidade do Estado, e do poder como fundamento do direito (MÉSZÁROS, 2021a, pp. 189-196)

Lenin postula a necessidade de um Estado operário que se mantém num cenário pós-revolucionário de um primeiro estágio de uma sociedade socialista. Em sua concepção, a partir da abolição da propriedade privada e das forças burguesas, o Estado restaria apenas como direito ou norma burguesa (diga-se de passagem, ele percebe que as normas para o convívio social estável seriam mais ou menos as mesmas, independente de terem sido inicialmente postuladas por liberais burgueses). Neste cenário, o Estado poderia ser considerado como expressão da lei — expressão, aliás, bastante cara à interpretação do Estado capitalista já existente pela apologia liberal. O que Mészáros nos traz, e que percebemos como razoavelmente complementar à percepção de Lenin, é que, na realidade, o Estado como categoria histórica é tanto composto pela lei legítima quanto pela pura ilegalidade. Isto é, não se submete, em última instância (quando necessário para o cumprimento de sua função para a reprodução da ordem social vigente) à própria lei que o legitima. É desta forma que, em momentos de crise, por exemplo, muito facilmente os Estados antes considerados como já avançados, democráticos, podem converter-se em um Estado de exceção e cerceamento de direitos muito velozmente (MÉSZÁROS, 2021a, pp. 199-201):

O desenvolvimento histórico decide qual das duas ocasiões deve prevalecer sob as circunstâncias dadas e, via de regra, mutáveis. Por isso é totalmente arbitrário postular como *norma* a constitucionalidade ideal ou sua necessária suspensão ou abolição. Ambas vão — ou melhor, *vêm e vão* — juntas com uma regularidade espantosa (MÉSZÁROS, 2021a, p. 200).

De passagem, pode-se associar os comentários de Mészáros aqui à crítica que o próprio Trotsky faz em relação à evolução dos governos dos países europeus nos últimos meses antes da Segunda Guerra Mundial. Percebe-se claramente a natureza sistêmica que orienta o comportamento dos Estados e a forma política mais ou menos repressiva e violenta que eles devem momentaneamente assumir:

O imperialismo assumiu um caráter ainda mais opressivo e violento. Sua expressão mais consistente é o fascismo. As democracias imperialistas caíram vários degraus abaixo e estão elas próprias evoluindo ao fascismo natural e organicamente. A opressão colonial se torna cada vez mais intolerável quanto mais desperta a ânsia por independência nacional nos países oprimidos. Em outras palavras, tudo aquilo presente na fundação da teoria de Lenin sobre a

guerra imperialista assumiu contornos muito mais acentuados (TROTSKY, 2003, não paginado, tradução nossa).

Mészáros identifica o Estado como a necessária afirmação da lei do mais forte, e a ilegitimidade do Estado como consubstancial ao próprio Estado de direito. Na percepção do autor, devido à própria natureza privilegiada do Estado em relação à sociedade civil (leia-se, à classe trabalhadora), este é capaz de assumir diferentes formas de maneira alternada para a garantia dos objetivos básicos do Estado, os quais são a sua própria sobrevivência e a manutenção das relações de classe⁴ (ambos, na realidade, faces da mesma moeda). Como o autor indica:

Essa não é uma “aberração pessoal”, tampouco uma “interferência excessiva na sociedade civil”, como argumentariam as tradicionais teorias democratas liberais do Estado. O que importa aqui é a perversa *continuidade objetiva* entre estar acima da lei, graças à posição estruturalmente segura do Estado, e sua capacidade de decretar “estados de emergência” — incluindo até mesmo os modos mais autoritários de ação — em nome da “defesa da democracia” (MÉSZÁROS, 2021a, p. 202).

Considerados estes aspectos, sublinha-se aqui a necessidade de percepção do Estado como garantidor de uma lei burguesa que, mesmo que legítima, tem posição privilegiada em relação ao restante da sociedade civil frente à qual o Estado funciona como garantidor de estabilidade, já não entre classes, mas mesmo num cenário pós-revolucionário de coordenador dos diferentes interesses (inclusive opostos) de diferentes setores do trabalho (por exemplo, indústrias inerentemente antagônicas). Esta mesma posição pode incorrer no que se aponta como uma burocracia ossificada, que o autor indica como o caso da burocracia de tipo stalinista. Burocracia esta que, devido à sua existência estar diretamente relacionada com a divisão social do trabalho, pode, na realidade, levar a um retrocesso no processo de emancipação do homem e, em última instância, como demonstra a história, num regresso da sociedade de tipo pós-capitalista a uma sociedade de tipo capitalista promovido por esta burocracia:

⁴ Estados capitalistas, em momentos de agitação popular, por vezes adotam medidas aparentemente benéficas às classes trabalhadoras, aparentemente em detrimento da classe burguesa. Entretanto, o “sacrifício” desta última se baseia num geral em uma menor intensidade de expropriação, sempre temporária, do trabalho da primeira. Mesmo serviços públicos básicos, como a saúde, regra geral têm seus custos socializados sob impostos à população trabalhadora, e contribuem em última instância para um padrão médio mais competitivo do próprio exército industrial de reserva. O Estado capitalista é incapaz de comprometer os interesses da classe burguesa, por resultado, quaisquer reivindicações potencialmente revolucionárias se deprimem ao nível de ajustes salariais e outros pormenores, sob comum justificativa de que “não há alternativa”. Sobre isto, cf. MÉSZÁROS, 2021b, pp.327-329.

[...] quanto menos sucesso tiver a sociedade civil pós-revolucionária em articular e garantir institucionalmente os interesses objetivos de seus vários grupos de modo verdadeiramente cooperativo, tanto mais o poder executivo estatal terá força e espaço para impor uma “autonomia política” do *tipo stalinista* (MÉSZÁROS, 2021b, p. 356).

Visto isto, pressupõe-se aqui que uma tomada do poder do Estado pela classe trabalhadora não é apenas dificultada pela brutalidade da repressão estatal em torno dos interesses capitalistas, mas também em grande medida por outros processos e instituições, materialmente determinados, pelos quais o Estado e o sistema do capital podem não apenas resistir à revolução socialista, mas também atravancá-la mesmo após sua instauração. Como Benjamin apontava:

A tradição dos oprimidos ensina-nos que o “estado de exceção” em que vivemos é a regra. Temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia. Só então se perfilará diante dos nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de exceção; e assim nossa posição na luta contra o fascismo melhorará (BENJAMIN, 2012, p. 13).

É premente então definir melhor quais instituições ou processos são levados a cabo pelo Estado de forma a garantir a estabilidade sistêmica, o que impede a classe trabalhadora de “alcançar maturidade”, ou tomar consciência, obstruindo-se assim a organização de classe com a finalidade de uma emancipação social revolucionária.

2. Estado e ideologia

2.1. A ideologia compõe a realidade

Para explorar alguns dos principais processos e instituições ideológicas, é necessário minimamente estabelecer uma definição do conceito de ideologia. Para tanto, utilizaremos inicialmente da definição apontada por István Mészáros (2021b), para quem a ideologia pode ser compreendida como a consciência prática, inevitável, dos indivíduos inseridos nas determinações de uma sociedade de classe. A partir de uma determinada consciência, um indivíduo é capaz de compreender quais são os conflitos materialmente baseados que fundamentam a divisão da sociedade em classes (por exemplo, o conflito de interesses em torno da propriedade da terra, entre latifundiários e despossuídos), podendo agir de forma a promover a emancipação ou a perpetuação deste conflito, seja devido a sua posição em relação a ele (por exemplo, um trabalhador que deliberadamente concorda com o sistema

capitalista) ou mesmo sua estratégia de ação (por exemplo, um partido político que não é capaz de se promover entre as massas por quaisquer motivos) (MESZÁROS, 2021b, pp. 327-329).

O marxista britânico Terry Eagleton, em seu livro *Ideologia* (1997), aponta para as diversas concepções sobre o termo ideologia e as diversas implicações deriváveis. Mais que uma “falsa consciência”, ideologias podem ser razoavelmente interpretadas como, pelo menos, uma visão parcial de mundo fundada na materialidade na qual os indivíduos existem, e que pode também ser imposta como discurso e/ou mesmo norma para conformar retroativamente esta mesma realidade (EAGLETON, 1997, pp. 57-59):

A ausência de certas crenças pode servir aos interesses pessoais de alguém, ou aos de um grupo: é útil à burguesia não acreditar que a consequência por rebaixar salários é o suplício eterno, assim como lhe é útil que aqueles cujos salários são rebaixados rejeitem as doutrinas do materialismo dialético (EAGLETON, 1997, p. 59).

Se uma classe dominante pode considerar ter uma ideologia que impõe à classe dominada, ela o faz tanto ao dar sentido ou significação à ordem/conformação social na qual este indivíduo está inserido, quanto também por “ocupar o espaço” de outras formas de interpretação desta realidade material, ocultando deste indivíduo o que pode ser considerado negativo para a continuação daquela ordem social. Desta forma, uma ideologia imposta pela classe dominante pode se basear em grande medida na própria ignorância à qual a classe subjugada é submetida — ignorância esta que pode ser fomentada, então, política ou economicamente, enquanto ideologicamente legitimada. Esta ignorância fomentada, por exemplo, pode se manifestar desde maneiras mais óbvias como um ensino escolar militarista e chauvinista, até na própria ritualística cada vez mais comum em ambientes de trabalho e no próprio mercado de trabalho a respeito da competitividade, subserviência e “meritocracia” promovida constantemente entre trabalhadores: quaisquer insatisfação a respeito do trabalho deve ser encarada como um problema individual, e se espera que indivíduos (em constante desconfiança de seus pares, com empregos instáveis) sequer contemplem qualquer reivindicação trabalhista para si e muito menos a nível societário (EAGLETON, 1997, pp. 58-61).

Uma estratégia comum adotada por ideólogos para alcançar este efeito se dá na forma como ideologias diversas vezes buscam dar um caráter universal a si mesmas e à ordem vigente — dentro de um discurso qualquer, pode-se inferir que o mais comum seja a busca

por elementos “transcendentes” nos próprios hábitos humanos, por exemplo, a astúcia, egoísmo e qualquer diferença inerente a subjetividade individual são por vezes representadas como uma natural “desigualdade” entre os homens, o que representaria não apenas a naturalidade do capitalismo, mas também das próprias relações de classe. Daí se derivam uma infinidade de discursos a respeito de como inteligentes e melhores num geral são os grandes capitalistas (em relação aos trabalhadores) e, em especial, sobre como os pobres o são por sua própria culpa, tais mitos retrocedem de fato há séculos, como se evidencia numa anedota do próprio Marx:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele (MARX, 2020, p. 785).

Na prática, as ideologias burguesas tentam assumir a completude do imaginário da população e para tanto assimila e reordena mesmo as qualidades individuais mais básicas, o homo economicus é sobreposto ao homo sapiens, qualquer forma de questionamento da ordem vigente, seja uma crítica da própria subjetividade alienada capitalista imposta à população, seja as relações de classe e as formas de reprodução da ordem social são então a priori consideradas abstratas, fictícias, “ideológicas” (num sentido vulgar, como “mentirosas”) e antinaturais (EAGLETON, 1997, pp. 59-60):

Um importante expediente utilizado pela ideologia para alcançar legitimidade é a universalização e “eternalização” de si mesma. Valores e interesses que são na verdade específicos de uma determinada época ou lugar são projetados como valores e interesses de toda a humanidade (EAGLETON, 1997, p. 60).

Ainda assim, as ideologias da classe burguesa são, de acordo com o autor, caracteristicamente extremamente parciais, pois, apesar de que se pode imputar este termo a todas as ideologias, as ideologias de base burguesas representam e defendem na prática os interesses de uma minoria insignificante frente a maioria absoluta das populações em que se perpetuam, baseadas grandemente na pura reprodução da realidade material imediata, de

forma que se poderia dizer que são pouco conscientes pois mais baseadas no desconhecimento do que na compreensão da realidade material em um panorama mais amplo. Não coincidentemente, quaisquer atores periféricos neste sistema, como o caso de populações indígenas, ou qualquer grupo identificado momentaneamente como empecilho podem ser interpretados facilmente por meio de óticas exotistas, desumanizantes e/ou mesmo combativas. Diametralmente opostas às referidas ideologias burguesas, ideologias das classes dominadas são necessariamente mais amplas, caracteristicamente mais globais e são capazes de compreender melhor os fundamentos por trás da conformação social contemporânea (EAGLETON, 1997, pp. 91-93).

Isto se dá essencialmente pela situação em que, para serem capazes de responder a problemas imediatos, muitas vezes os movimentos ou sociedades que promovem ideologias emancipatórias são obrigados a investigarem fundamentos estruturais que originam seus problemas. Por exemplo, para que movimentos feministas, em diversas sociedades, sejam capazes de alcançar a emancipação progressiva das mulheres, os mesmos têm, obrigatoriamente, não apenas de compreender as dificuldades e necessidades imediatas que as mulheres de uma determinada sociedade (ou do globo) sofrem, mas necessitam também de compreender toda a estrutura de dominação patriarcal e como ela afeta a vida dessas mulheres — questão que pode transcender (e, de fato, muitas vezes transcende) as barreiras nacionais às quais estes movimentos estão circunscritos. Como sintetiza Eagleton: “[a]queles que hoje, seguindo a moda, desautorizam a necessidade de uma perspectiva “global” ou “total” podem ser privilegiados o suficiente para dispensá-la” (EAGLETON, 1997, p. 92).

Enquanto a classe burguesa dominante deve fazer obrigatoriamente uma defesa da continuidade do sistema, sua consciência prática desse sistema, e, portanto, seus discursos e principalmente estratégias adotadas para tal devem estar necessariamente circunscritos às limitações da expansão capitalista. Como Mészáros aponta, pela própria natureza desta acumulação presumidamente infinita, os membros da classe burguesa dominante necessariamente se orientam estritamente em relação ao presente imediato, hipostasiando e negando necessariamente o futuro de seus cálculos tanto políticos quanto econômicos. Isto não é produto de um pensamento equivocado ou de falta de informações, mas fundamentalmente da posição de defesa da classe dominante como privilegiada em relação ao processo sociometabólico de produção atual (MESZÁROS, 2014, pp. 175-178).

A classe trabalhadora, por sua vez, obrigatoriamente não apenas se baseia numa crítica negativa do presente, mas deve também fundamentar-se em uma crítica positiva do futuro — isto é, ser capaz de postular positivamente quais formas o processo sociometabólico

deve tomar baseadas na própria concepção de emancipação humana vinculada com a materialidade objetiva herdada do sistema do capital. Filosoficamente, este posicionamento é diametralmente oposto à intrínseca crítica positiva do presente e negativa do futuro promovida pela classe burguesa (MESZÁROS, 2014, pp. 175-178).

De acordo com Mészáros, existem diversos determinantes materiais que, ao se complementarem, possibilitam a perpetuação do capital. Para que um movimento emancipador socialista seja capaz de romper com a reprodução capitalista, estas “instituições” precisam ser necessariamente desmanteladas e substituídas por instituições fundamentalmente diferentes. O autor elenca a família nuclear (em conformidade com a análise de Engels em *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*), os meios de produção alienados, o dinheiro, a produção fetichizada (o que Bellamy Foster aponta como economia do desperdício), o trabalho alienado, os diferentes Estados e o mercado mundial capitalista (FOSTER, 2012, pp. 89-92; MESZÁROS, 2014, pp. 179-181).

É interessante aqui demonstrar, então, como algumas dessas instituições atuam de maneira a retroalimentar o metabolismo econômico-social do sistema do capital, isto é, o processo de produção e distribuição de valores de uso e de troca assim como estão e precisam estar constituídos no capitalismo. Como nosso interesse se mantém mais diretamente relacionado aos instrumentos ideológicos mais diretamente orquestrados pelo Estado na reprodução continuada do sistema do capital — e, num certo sentido, nas respostas que uma alternativa emancipatória deve ser capaz de articular frente à ação estatal, as quais trataremos na próxima seção —, e também por não pretendermos esgotar todo o tema, faremos aqui considerações a respeito de instituições ideológicas menos aparentes que órgãos midiáticos, mas que consideramos ajudarem melhor na compreensão da ideologia como algo que não apenas informa, mas compõe a realidade objetiva. Tentaremos expor, então, uma breve discussão a respeito da família e, por fim, do meio ambiente no sistema capitalista.

2.2. A Família e o Estado

Inicialmente, trata-se aqui da questão a respeito da “família nuclear”. Como se pode constatar em Engels, a família como existe no capitalismo nada tem de transcendente ou eterno, e existe exclusivamente devido a uma determinação material de todo relacionada com a acumulação de capital e com o Estado, por definição:

O casamento monogâmico foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, ao lado da escravidão e da riqueza privada, a época que

perdura até hoje, em que cada progresso constitui simultaneamente um retrocesso relativo, em que o bem-estar e o desenvolvimento de uns se impõem pela dor e pela opressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza dos antagonismos e das contradições que nela se desdobraram plenamente (ENGELS, 2021, p. 68).

Apenas de passagem, é necessário indicar aqui que não consta no texto de Engels uma conotação valorativa do termo “civilizado”; diz respeito apenas ao grau maior ou menor de desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade na história. Dito isto, o autor já reconhece a função específica da família como instrumento para fragmentar e submeter a maioria da população trabalhadora a condições pauperizadas, embrutecidas e alienantes, com o peso desta condição recaindo em dobro para a população feminina, que tem de garantir o trabalho doméstico e a criação dos filhos além do seu expediente de trabalho. Mészáros, por sua vez, contribui apontando que esta instituição participa também da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos, sendo, desta forma, “vital para o próprio Estado”.

Devido à natureza múltipla já apontada dessa instituição é necessário seguir por etapas. Alexandra Kollontai faz suas investigações a respeito na década de 1920 na Rússia, e com um razoável otimismo em relação ao desenvolvimento (que ela via como o desaparecimento) da instituição familiar. Como tentaremos demonstrar aqui, suas observações são consideravelmente suficientes para investigar a natureza da família nuclear mesmo num outro cenário. Para a autora, a família — composta de pai, mãe e filhos — tem uma origem e função histórica específica que é permitir a reprodução da ordem social através tanto da manutenção da força de trabalho (do marido e já também da própria mulher operária) quanto da geração e formação de nova força de trabalho (seus filhos). Esta fórmula só ocorre, de fato, em detrimento das mulheres, submetidas a uma dupla exploração (KOLLONTAI, 1920).

Inicialmente, os homens eram considerados os provedores de suas casas e trabalhavam mais ativamente fora delas (em fábricas, por exemplo). As mulheres, por sua vez, faziam uma série de trabalhos domésticos que possibilitassem a manutenção da vida de suas famílias (lavar roupas, limpar a casa, comprar e preparar alimentos etc.), além de cuidar da formação de seus filhos quando não tinham acesso a escolas. Percebe-se que um homem trabalhador individualmente provavelmente não seria capaz (subjugado a uma rotina enorme de trabalho pesado) de fazer todas essas tarefas para si mesmo; a mulher, por outro lado, era proibida de trabalhar via relação de assalariamento (inicialmente) e precisava do sustento do

homem — sendo assim, a necessidade de constituir família nesta situação é mais de ordem econômica que, por exemplo, expressão da individualidade dessas pessoas num relacionamento.

A partir de um certo momento, com a tendência do próprio capital de aumento da mais-valia tanto por aumento das horas de trabalho e sua intensidade como pelo esmagamento dos salários, torna-se necessário o trabalho feminino assalariado. As mulheres são submetidas a uma carga dupla, ainda dependentes economicamente do parceiro, que recebe mais (mesmo pela execução de um mesmo serviço). O que decorre disso é que, ao longo do tempo, cada vez menos a mulher realiza o dito trabalho doméstico, e aquilo que ela produzia nessa função (por exemplo, refeições) é substituído por serviços e produtos que ela mesma adquire no mercado sob a mediação do dinheiro. O papel de cuidar e educar os filhos, que fica muito fragilizado pela necessidade da mulher de ser assalariada, cada vez mais tende a ser absorvido pela sociedade, na forma de creches, centros esportivos, escolas com refeitórios, livros gratuitos, entre outros (KOLLONTAI, 1920).

Por outro lado, as ocupações da classe trabalhadora, as condições de vida, obrigam, inclusive na sociedade capitalista, a criação de locais de *juego*, creches, asilos etc. Quanto mais consciência tenha a classe trabalhadora de seus direitos, quanto melhor estiverem organizados em qualquer estado específico, tanto mais interesse terá a sociedade no problema de aliviar a família do cuidado dos filhos (KOLLONTAI, 1920, não paginado).

Entretanto, esta tendência, que tem uma fundamentação econômica para tal, é ativamente minada pela classe dominante, e mesmo em países onde conquistas femininas tenham sido garantidas (via de regra através de mobilização e luta popular, greves, manifestações etc.), ainda há o risco de, em uma situação de crise, certas estratégias serem ativas para regredir ao máximo tais avanços. Neste contexto, por exemplo, o horário de trabalho flexível, como discorre Richard Sennett em seu livro *A corrosão do Caráter*, foi promovido especificamente pela classe capitalista interessada na mão-de-obra feminina ainda submetida a diversas obrigações domésticas (SENNETT, 1999, pp. 66-67).

Mesmo que o trabalho feminino seja ainda mantido pelas implicações econômicas, diversas instituições de alívio às famílias, como as citadas anteriormente, podem ser eliminadas ou privatizadas, e isto está plenamente de acordo com sua própria finalidade em relação ao consumo e produção.

A economia individual que nasce da propriedade privada é a base da família burguesa. [...] A unidade econômica da família envolve (A) o gasto não econômico de produtos e combustível por parte das pequenas economias domésticas, e (B) o trabalho improdutivo, especialmente das mulheres, em casa – e, portanto, está em conflito com os interesses da república dos trabalhadores em um único plano econômico e no uso adequado da força de trabalho (incluindo as mulheres) (KOLLONTAI, 1921, não paginado).

O tema da família é talvez um dos mais ilustrativos a respeito do grau de influência que o Estado depende deliberadamente para a perpetuação da conformação social contemporânea, em muito também pela grande preponderância que essa instituição familiar tem para grande parte do processo de reprodução social e expansão produtiva. Para Mészáros, trata-se do “microcosmo” da sociedade, que participa de “todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado” (MÉSZÁROS, 2014, p. 180).

Desta forma, trata-se também de um espaço de luta política e contestação ideológica. Não deve surpreender que as questões a respeito do tratamento das mulheres, exemplificadas nas diversas formas que o machismo e o discurso machista assume — manifestas principalmente em discursos “moralistas” (por exemplo, é comum mulheres marginalizadas serem representadas como “algozes” dos próprios filhos que são incapazes de criar) —, mas também na própria gerência por parte dos Estados a respeito de questões como saúde e direitos reprodutivos, além dos próprios direitos das crianças, que são, via de regra, parcialmente privatizados. A autora russa demonstra esta questão em seu cerne:

Os capitalistas se dão conta, perfeitamente, de que o velho tipo de família, em que a esposa é uma escrava e o homem o responsável pelo sustento e bem-estar da família, de que uma família desse tipo é a melhor arma para afogar os esforços do proletariado pela sua libertação, para debilitar o espírito revolucionário do homem e da mulher proletários. A preocupação pela qual pode passar a sua família priva o operário de toda sua firmeza, lhe obriga a transigir com o capital. Que nos farão os proletários quando seus filhos tiverem fome? (KOLLONTAI, 1920, não paginado).

Tendo em vista isto, espera-se que tenhamos demonstrado até o momento como mesmo uma instituição como a família é, na realidade, fruto não apenas de relações econômicas que as baseiam, mas uma instituição ideológica, com o objetivo claro de permitir ao Estado uma maior capacidade de controle social, através da criação e manutenção de uma consciência prática direcionada para a reprodução de suas condições materiais. Tendo

homens e mulheres atados a uma mesma pequena unidade jurídica e econômica, garantindo por um lado estabilidade ao sistema capitalista — às custas literalmente da vida dos indivíduos, principalmente das mulheres —, inculcando nas massas, por princípio, a lógica da propriedade privada, do trabalho e consumo alienados (KOLLONTAI, 1921).

A partir deste momento é interessante abordar também, brevemente, a questão a respeito do meio ambiente, como esta se relaciona com o Estado e como é também uma área ocupada por uma consciência prática direcionada especificamente para a produção ilimitada, a despeito de sua existência (e de todos os seus recursos) serem obviamente finitos.

2.3. Meio Ambiente e o Estado

Há no sistema econômico capitalista um problema essencial que não apenas o inviabiliza como modo de sociedade no longo prazo, mas também, devido ao dano causado, gradativamente se espalha e engrandece o risco para a sobrevivência não apenas das sociedades que o movem, mas também da própria vida a nível global: é o caso da catástrofe ambiental atual. Estamos de acordo com John Bellamy Foster (2011) de que a única forma de compreender e combater a “enormidade da crise ecológica planetária” é baseada na “crítica marxista ao capitalismo” (FOSTER, 2012, p. 87).

Para delimitar melhor a origem deste problema, e porque ele é inerente ao modo de produção capitalista — e, portanto, impossível de ser resolvido, mais do que momentaneamente, dentro dos limites do capitalismo —, precisamos apontar aqui para o papel ativo que o desperdício capitalista tem sobre a reprodução do capitalismo contemporâneo. Um dos grandes sinalizadores desse desperdício é a sobrepujança dos chamados valores de troca sobre os valores de uso, dinâmica essencial à acumulação de capital, mas que assume contornos cada vez mais surrealistas.

Segundo Foster, o sistema do capital não comporta nenhum mecanismo de quebra ou parada que não as próprias crises — no caso da natureza, as crises ambientais e climáticas. Ele também remete a Sweezy (1989), que indica igualmente essa direção: como a expansão e acumulação de capital são imprescindíveis para a reprodução capitalista, e como estas se dão, por um lado, criando valores, por outro elas obrigatoriamente removem esses valores da natureza (SWEETZY, 1989; FOSTER, 2012, pp. 89-94).

Foster se aprofunda a respeito do caráter extremamente maléfico à natureza que a acumulação de capital assume, sintetizada na oposição entre valores de uso e valores de troca, crítica já presente em Marx, tal como o próprio Foster resgata:

“Com toda a sua mesquinhez”, ele [Marx] escreveu, “a produção capitalista desperdiça completamente material humano, assim como para distribuir seus produtos através da troca, e em sua forma de competição, desperdiça também recursos materiais, assim quem perde é a sociedade (riqueza pública) e quem ganha é o capitalista individual (riqueza privada)” (FOSTER, 2012, p. 89).

Significativamente, não apenas a acumulação de capital — sendo um processo infinito de dinheiro - mercadoria - dinheiro’ (D-M-D’) — assume um caráter recente que escancara ainda mais sua natureza insustentável como motor fundamental para a reprodução da vida humana: para o autor, o valor de uso das mercadorias se torna secundário, tendo principalmente um caráter puramente de troca, fictício, social; por exemplo, um vasto número de mercadorias praticamente supérfluas são desenvolvidas e vendidas unicamente através de um esforço de venda (marketing) que incita um consumo antes inexistente, o que se manifesta na proliferação da importância central do referido marketing ou esforço de venda pelas empresas contemporâneas — o processo de acumulação se torna um processo de inerente desperdício (FOSTER, 2012, pp. 98-99):

Todos os dias nós estamos destruindo mais e mais riqueza pública – ar, água, terra, ecossistemas, espécies – na busca por riquezas privadas, que tornam o consumo um mero adjunto da acumulação, assim tomando formas mais desordenadas e destrutivas (FOSTER, 2012, p. 101).

Subjacente a este panorama pode-se apontar que, de fato, é devido à forma com que a consciência prática dos indivíduos é moldada através do discurso capitalista e estatal que a grande maioria destes processos produtivos e o consumo nas sociedades capitalistas contemporâneas é possibilitado. Apesar de qualquer pretensão ficcional ou mesmo tentativas bem-intencionadas por parte do sistema capitalista de garantir uma expansão de capital ecologicamente sustentável, o que se pode observar na crítica ecológica do modelo capitalista é sua total incompatibilidade, historicamente bem documentada, com uma utilização racional dos recursos naturais (SWEEZY, 1989; FOSTER, 2015, pp. 90-94).

Pode-se apontar em Mézáros também a incompatibilidade do sistema capitalista com a sustentabilidade ecológica e a importância da igualdade substantiva por ele defendida para que processos de recuperação e proteção ambiental sejam possíveis:

Aqueles que pintam o quadro fantasioso da “sociedade pós-industrial” não percebem (ou não dizem) que a cínica política de transferência das “indústrias poluentes” para o “Terceiro Mundo” não torna o sistema global de

produção capitalista nem um pouco menos industrial. [...] Tais “transferências de tecnologia” só removem as práticas produtivas mais odiosas, juntamente com suas consequências altamente poluentes, dos “países capitalistas avançados”, depositando-as, frequentemente sob o pretexto de “auxílio ao desenvolvimento”, na soleira dos países dependentes (MÉSZÁROS, 2021b, p. 138).

Como se pode perceber, em grande medida as indústrias altamente poluentes e destrutivas são possibilitadas, na prática, não apenas por questão de um cínico monopólio tecnológico e de investimento por parte dos países do capitalismo avançado, mas também pela própria pauperização da classe trabalhadora nos países periféricos que deve se submeter a trabalhos duplamente nocivos, pois soma a superexploração de sua força de trabalho ao dano em seus corpos e ao meio ambiente. Indústrias ambientalmente sustentáveis não podem ser, então, fruto de políticas capitalistas bem-intencionadas, mas devem ser fruto da emancipação da classe trabalhadora de condições insuportáveis de desigualdade (MÉSZÁROS, 2021b, pp. 138-140).

Além disto, os recursos naturais não são apenas base para que os processos produtivos ocorram, mas também importantes objetos de discursos por parte dos Estados a respeito de suas potencialidades próprias (o enaltecimento de suas riquezas naturais, como petróleo, minérios ou florestas, que, no geral, são exploradas em proveito de pouquíssimos capitalistas) e até mesmo, em último caso, como objeto de disputa com outros Estados.

De acordo com ambos os autores, na contemporaneidade, a única maneira de alcançar um uso razoável dos recursos ecológicos que não ponha em risco os chamados “limites planetários” está diretamente associada com a capacidade dos indivíduos de promoverem a instauração de um regime socialista, que seja direcionado a abolir o mais rapidamente possível qualquer tipo de desperdício econômico. Apesar do fato de que os ajustes infraestruturais fundamentais para uma produção ecologicamente sustentável não estejam já disponíveis imediatamente e precisem ser construídos, eles podem e devem se iniciar da luta política emancipatória dentro das sociedades capitalistas, mesmo que na contramão da lógica predominante da acumulação capitalista (FOSTER, 2015, pp. 92-94):

por exemplo: um sistema de taxa-e-dividendos de carbono, com 100 por cento da receita redistribuído de volta para a população em uma base per-capita; proibição de usinas movidas a carvão e combustíveis fósseis não convencionais (como as areias betuminosas de petróleo); ampla mudança para energia solar e eólica e outras energias alternativas sustentáveis, financiada por cortes nos gastos militares; moratória sobre o crescimento econômico nas economias ricas a fim de reduzir as emissões de carbono,

juntamente com a redistribuição radical (e medidas para proteger os menos abastados) (FOSTER, 2015, pp. 92-93).

Alguns dos principais atores para tal, como aponta Foster, é justamente a classe trabalhadora dos países periféricos, principal afetada pela exploração ambiental desenfreada, e as próprias mulheres, historicamente mais preocupadas com a viabilidade da reprodução natural e social global (FOSTER, 2015, pp. 90-94).

Sendo assim, finalmente pode-se perceber as capilaridades entre estas áreas distintas de crítica, pois as mesmas se sobrepõem à nossa realidade material. Qualquer processo revolucionário com vista a melhorar de fato a vida da absoluta maioria da humanidade não pode carregar pretensões de sucesso sem que seja capaz de realizar uma crítica da realidade social capitalista, dividida pelo processo de acumulação de capital, reproduzida por diversos instrumentos de dominação promovidos pelo Estado em coerção ou coação. O convencimento ideológico de grande parte da população global sobre um cenário cada vez pior do ponto de vista da violência política, econômica, sexual, e mesmo ambiental — no qual a regra geral de interpretação é praticamente como o lema geral de Margaret Thatcher: “não há alternativa”, como aponta repetidamente Mészáros — é absolutamente vital para, num primeiro momento, a necessária adesão de massas revolucionárias contra esse mesmo sistema; mas, mais que isso, é necessária também para que a emancipação prometida da maioria absoluta de homens e mulheres de fato ocorra (MÉSZÁROS, 2014, pp. 40-41).

A crítica ao capitalismo, portanto, não deve residir apenas no seu núcleo de fato, na divisão da sociedade em classes para a possibilidade da acumulação capitalista via expropriação do trabalho (e do consumo). Pois os domínios do capitalismo já se expandiram em muito e na contemporaneidade constituem parte de nossa consciência, valores e referenciais. O Estado capitalista não pode ser considerado um agente neutro num cenário natural de conflito de classes: é mais adequado caracterizá-lo como a pedra fundamental deste conflito. Sua repressão não ocorre apenas por meio da violência direta, policalesca, mas muitas vezes também, e de maneira mais eficiente, de maneira difusa, nuançada, envolta em discurso democrático liberal, e através de instituições insuspeitas da sociedade civil, articuladas ativamente política e economicamente, como a própria instituição familiar e encarnado na própria divisão do trabalho. Melhor consciência destes processos econômicos, políticos e ideológicos não apenas ajuda-nos a combatê-los, mas também a orientarmo-nos de forma a, finalmente, podermos constituir modos de vida positivos integralmente diferentes,

socialmente justos, essenciais para o complexo processo emancipatório que surge na necessária transição socialista.

Conclusão

Como se tentou demonstrar até aqui, o Estado não deve ser considerado apenas como uma categoria histórica neutra, mas é um instrumento de dominação da classe dominante e do próprio sistema do capital para a perpetuação da acumulação de capital e da divisão classista da sociedade. Sua dominação não se dá apenas por meio da repressão ou coerção violenta direta interna à sociedade ou externamente a outras sociedades, mas assume formas com aparência de regularidade ou legitimidade, constituindo nossa realidade. A acumulação de capital de fato coincide em grande medida com a existência social dos seres humanos do capitalismo contemporâneo, em grande parte de suas relações, seja como trabalhadores e produtores ou como consumidores.

O Estado capitalista existe necessariamente enquanto existe a acumulação de capital, pois é com ela consubstanciado. A divisão da sociedade em classes para a acumulação de capital tem o Estado capitalista como seu pressuposto básico. Menos que adotar uma postura pessimista, isso deve insuflar uma postura duplamente combativa por parte de uma classe trabalhadora que seja capaz de compreender o Estado como o instrumento de dominação burguês que de fato é. A “conciliação de classes” que o Estado capitalista promove em momentos de crise é, sendo assim, a manifestação de seu interesse fundamental: o da reprodução da sociedade classista, e não sua superação. Tal posição é a mesma, tanto quando manifesta em um Estado “autoritário” repressivo, quanto numa chamada república democrática liberal. De fato, a diferença entre ambos é, do ponto de vista das elites capitalista, praticamente irrisório, sendo a república democrática mesmo preferível por sua maior capacidade de apaziguamento e convencimento da classe trabalhadora.

O fantasma da alienação permeia tudo o que tentamos demonstrar até aqui, não sendo apenas um resquício de relações humanas destruídas e orientadas em torno da expansão do capital, mas, além disto, uma verdadeira possessão, pois atua ativamente através do que podemos chamar de seu outro nome: ideologia capitalista. Indica-se aqui que qualquer tentativa de emancipação social deve ser capaz de não apenas assumir o controle dos meios de produção e extirpar-se do modo de reprodução social capitalista inteiramente, mas também, e da única forma a garantir sucesso revolucionário na emancipação dos homens, deve ser capaz de criticar e exorcizar-se da dominação ideológica burguesa.

A ideologia não se trata apenas de discursos oficiais de governo, autoridades, ou “personificações do capital”. Fosse assim, desapareceria imediatamente mediante o desaparecimento de seus “veículos”. Os processos ideológicos em grande medida são, de fato, coincidentes com nossa própria realidade material, da qual são uma consciência prática. De fato, se a alienação e o Estado forem fantasmas a nos assombrar, são bastante condizentes com o cenário global que resulta da acumulação capitalista do último século: uma terra arrasada, um cemitério.

Não se pode imaginar a emancipação verdadeira de homens e mulheres do capitalismo dentro de um quadro de referências e valores puramente capitalistas, imaginando o socialismo e comunismo como “os benefícios do capitalismo sem seus malefícios”. É necessária uma mudança radical do modo de reprodução social: uma mudança que supere a divisão de classe, o Estado e as ideologias burguesas. Do cemitério criado e mantido pelo sistema do capital deve surgir uma nova forma de vida que seja capaz de despir-se da herança ou maldição ideológica capitalista e instaurar novas formas de consciência, solidárias, globais, sexualmente igualitárias e ambientalmente sustentáveis.

Referências Bibliográficas

- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. São Paulo: Editora Autêntica, 2012.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.
- FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia da Economia Política Marxista**. São Paulo: Lutas Sociais n.28, 2012.
- _____. **Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição**. São Paulo: Lutas Sociais n.35, 2015.
- KOLLONTAI, Alexandra. **O Comunismo e a Família**. Marxists Internet Archive, 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm>. Acesso em: 24 dez. 2022
- _____. **Teses Sobre a Moralidade Comunista na Esfera das Relações Conjugais**. Marxists Internet Archive, 2020. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1921/mes/90.htm>>. Acesso em: 24 dez. 2022.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. Campinas: Navegando Publicações, 2011. _____ . Collected Works. Moscou, 1965. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/jun/28.htm>> . Acesso em: 20 dez. 2022.
- _____. **A Palavra de Ordem do Desarmamento**. Marxists Internet Archive, 2020. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/10/90.htm>> . Acesso em: 19 dez. 2022.

- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
- _____. **Para Além do Leviatã: Crítica do Estado**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021a.
- _____. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021b.
- REIS, Daniel Aarão. **A revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
- SWEEZY, Paul. **Capitalism and the Environment**. Londres: Monthly Review 41, n.2, 1989. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2004/10/01/capitalism-and-the-environment/>>. Acesso em: 25 dez. 2022.
- TROTSKY, Leon. **Lenin on Imperialism**. Marxists Internet Archive, 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1939/02/lenin.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- _____. **Moral e Revolução**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.